

A leitura uma ferramenta emancipadora: na busca pela igualdade de gênero

Reading an emancipatory tool: in the search for gender equality

Verônica Souza Paula¹ e Reginete Sabino de Macedo²

¹ Universidade Estadual de Roraima - UERR, Boa Vista, Brasil E-mail: veronica.paula@uerr.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2638-1193>

² Universidade Estadual de Roraima - UERR, Boa Vista, Brasil E-mail: reginete.macedo@uerr.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8129-903X>

ARTICLE INFO

Article history:

Received 2021-06-29

Accepted 2021-08-02

Available online 2021-08-02

Palavras-chave: Leitura. Emancipação. Igualdade de Gênero.

Keywords: Reading. Emancipation. Gender equality.

RESUMO. A leitura é uma ferramenta emancipadora por meio dela os conhecimentos são descortinados, ela conduz os sujeitos históricos ao caminho da liberdade. No entanto, é preciso estar envolvido em práticas de leitura para ficar munido de instrumentos na luta por uma sociedade mais justa, sem desigualdades entre os gêneros, sem preconceitos, discriminação e intolerância, mas com respeito e empatia para com as diversidades. Com o objetivo de compreender como as práticas de leituras podem servir de ferramenta na busca por igualdade de gênero, além de descrever o papel da leitura no contexto de lutas por igualdade, e, utilizar a leitura para mudar o olhar das pessoas, na compreensão do seu papel no mundo. Uma pesquisa de abordagem qualitativa, quanto aos objetivos é descritiva de procedimentos bibliográfica. Com a finalidade de refletir sobre a importância da leitura como ferramenta de emancipação das mulheres. Conclui-se que práticas de leituras traz consigo a liberdade das molduras impostas pela sociedade patriarcal que determina os padrões a serem seguidos. Ao ter o domínio da leitura, acesso, incentivo e mediação adquire-se a chave do conhecimento para si e a liberdade de transitar por todos os saberes. Construindo novas identidades para uma sociedade mais justa e igualitária, para todos os seres humanos sem distinção de gênero. Nesse sentido, essa reflexão não se dá por encerrada e poderá ser utilizada como base de discussão ou embasamento às futuras pesquisas acadêmicas.

ABSTRACT. Reading is an emancipatory tool through which knowledge is unveiled, it leads historical subjects to the path of freedom. However, it is necessary to be involved in reading practices in order to be equipped with instruments in the struggle for a fairer society, without gender inequalities, without prejudice, discrimination, and intolerance, but with respect and empathy for diversity. In order to understand how reading practices can serve as a tool in the search for gender equality, in addition to describing the role of reading in the context of struggles for equality and using reading to change people's perspective, in understanding its role in the world. It is a qualitative study,

descriptive through a bibliographic study. To reflect on the importance of reading as a tool for women's emancipation. It is concluded that reading practices bring with them the freedom of frames imposed by the patriarchal society that determines the standards to be followed. By having the domain of reading, access, encouragement, and mediation, one acquires the key to knowledge for oneself, and the freedom to move through all knowledge building new identities for a fairer and more egalitarian society, for all human beings without distinction of gender. In this sense, this reflection is not over and can be used as a basis for discussion or foundation for future academic research.

1. Introdução

São muitas as barreiras impostas às mulheres ainda por conta do peso do sistema patriarcal, modelo ideológico que naturaliza e legitima a dominação masculina particularmente nas relações conjugais. (MACHADO, 2000). Forçando as mulheres a ocuparem e assumirem funções desprivilegiadas, simplesmente por causa da identidade sexual biológica. Contudo, o ato de ler traz inquietações e respostas a muitos questionamentos, assim como, a possibilidade de se libertar de forças alienadoras de homens e mulheres que impõem padrões pré-determinados a serem seguidos.

Padrões determinados por uma sociedade patriarcal, por uma “sombra da opressão” conforme Freire (1967, p. 34) e essa sombra somente poderá ser afastada por ação de uma educação libertadora que respeita a todos como pessoa, uma educação capaz de libertar. Por conseguinte, prática de leitura traz consigo o acesso aos saberes, autonomia e emancipação por meio dela os conhecimentos são descortinados, ela conduz os sujeitos históricos ao caminho da liberdade.

No entanto, é preciso estar envolvido em práticas de leituras para ficar munido de instrumentos na luta por uma sociedade mais justa e sem desigualdades de gênero sem preconceitos, discriminação e intolerância, mas com respeito e empatia para com as diversidades presente na sociedade contemporânea. Uma ação grandiosa contida em uma palavra pequena com três letras -LER- que ao ser dominada essa competência, não há barreira que não se possa ultrapassar. Diferente do que ocorreu no século XIX, em que o domínio de ler e escrever era tido como poder e controle. “Escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações” (TELES, 2006, p. 401-402).

Foi também nesse mesmo século que surgem os movimentos sociais, que abriram caminhos para conquistas de muitos direitos antes negados. Diferentes grupos espalham suas ideias e debatem sobre os diferentes papéis a serem exercidos e ocupados pelos sujeitos históricos, impostos pelas relações tradicionais, problematizando assim o conceito gênero.

Práticas de leituras traz consigo a liberdade das molduras imposta pela sociedade patriarcal que determina os padrões a serem seguidos. Aquele(a) que não lê dificilmente decifrará os códigos sociais que o(a) cercam e não superará a cultura hegemônica.

2. Abordagem metodológica

O estudo em questão constituiu-se como uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, tendo como objeto a análise de periódicos e livros. Para Severino (2016) a pesquisa bibliográfica é,

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2016, p. 131).

A pesquisa bibliográfica dar como base ao pesquisador os estudos analíticos de outros autores habilitados. Assim, o estudo busca com auxílio nessas fontes compreender como as práticas de leituras podem servir de ferramenta na busca por igualdade de gênero. Ocorrendo em três momentos: no primeiro momento realizou uma releitura dos fichamentos dos textos presentes no referencial teórico das disciplinas cursadas na pós-graduação em educação que abordam a temática de gênero. No segundo momento tem por base outros textos que subsidiaram discussões e reflexões no grupo de pesquisa Gênero, Cultura e Deslocamentos. E no terceiro momento fez-se buscas de periódicos na plataforma <https://scielo.org/> no período de março a abril de 2021, encontrou-se estudos que contribuíram para análise reflexiva.

Pois, trata-se de um trabalho reflexivo sobre a importância da leitura, suas práticas constantes e diversificadas como ferramenta emancipadora das mulheres. No entanto, essa busca na plataforma proporcionou uma análise complementar ao referencial desse estudo, desenvolvidos a partir Freire (1967;1988;1996), Chartier (1998;2010), Louro (1997;2006), Hall (2006), Almeida (1998), Zilberman (2009), Silva; Guerra (2018), Teles (2006), Machado (2000) e Seffner (2016).

3. Desenvolvimento

São muitas as barreiras impostas às mulheres, simplesmente por causa da identidade sexual biológica e essas precisam ser ultrapassadas. A primeira delas é o entendimento de acordo com Silva; Guerra (2018) que há uma relação de poder histórica e socialmente construída e reconstruída beneficiando e privilegiando os homens em relação às mulheres. Essas desigualdades entre os gêneros não são naturais, mas sim arquitetadas.

Para tanto, é necessário buscar a não conformidade de aceitação dessas relações de poder construídas e perpetuadas em aspectos culturais e históricos, as quais impõem às mulheres ocupar posições social, política, religiosa, pessoal ou profissional desprivilegiadas e opressoras. Essas relações devem ser problematizadas. A conformidade gera uma profunda desigualdade entre os gêneros. Inconformadas, emerge no século XIX no ocidente por meio de iniciativas coletivas ou isoladas, as primeiras manifestações contra as opressões às mulheres. Segundo Louro (1997):

Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado "sufragismo", ou seja, no movimento voltado para estender

o direito do voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufrágismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo (LOURO, 1997, p. 15).

O ano de 1968, é apontado como o momento de grande insatisfação segundo Louro (1997) marca o início de uma "segunda onda". Diferentes grupos espalham suas ideias e debatem sobre os diferentes papéis a serem exercidos e ocupados pelos sujeitos históricos, impostos pelas relações tradicionais, problematizando assim o conceito gênero. Tendo como base o ensaio da historiadora norte americana Joan Scott, "Gênero é uma categoria de análise histórica", amplamente difundido nos anos de 1970 inclusive no Brasil.

Para Silva (2010 p. 91) "Gênero opõe-se, pois, a sexo enquanto esse último termo fica reservado aos aspectos estritamente biológicos da identidade sexual, o termo "gênero" refere-se aos aspectos socialmente construídos do processo de identificação sexual".

Essa construção social e cultural no processo de identificação de acordo com características sexuais acaba determinando que o sexo masculino é superior ao feminino, produzindo, nesse movimento, desigualdades e hierarquias. O feminismo expõe a profunda divisão entre homens e mulheres que se estende sobre vários arranjos sociais. Apontando que a sociedade não está apenas estruturada no capitalismo como também no patriarcado.

No Brasil o começo dessa trajetória de luta por direitos e igualdades tem seu início no séc. XIX, devido as mudanças ocasionadas pela urbanização-industrialização e a oferta de educação às mulheres em uma época que, uma simples ida à escola podia ser considerado um grande avanço. E mulheres como Nísia Floresta professora e escritora do séc. XIX já denunciava a submissão e opressão às mulheres brasileiras, como também já apontava "a educação como instrumento através do qual essa meta seria alcançada" (LOURO, 2006 p. 443). O alcance da emancipação da mulher.

Na tentativa de mudar a imagem de colônia após a independência, foi direcionada uma atenção importante para da educação. Por conseguintes, meninas começam a frequentar à escola. Entretanto, tinham acesso restrito à leitura, era uma vida basicamente de preparação voltada ao casamento. Para tanto, as mulheres ao olharem suas condições de vida sobre outros aspectos começam-se a questionar. Dando início a algumas mudanças na mentalidade da mulher quanto ao seu papel social. Ela começa reivindicar seus direitos e rejeitar a relação de dominação (a mulher estava sobre a submissão do pai, irmão ou marido) chegando a ter algumas conquistas ocupando um lugar fora da esfera doméstica.

A inserção no espaço público, via trabalho remunerado, ao promover o distanciamento do espaço privado, permitiu um novo olhar sobre o doméstico e sobre as relações de submissão e opressão. Esse primeiro reconhecimento provocaria, por si só, uma ruptura nas relações de poder consolidadas dentro do lar. (ALMEIDA, 1998, p. 75).

Por conseguinte, a inserção ao mercado deu-se na educação escolarizada, sendo as pioneiras, conquistando esse espaço como professoras, esta conquista foi

permitida, pois o magistério era visto como uma extensão do trabalho no lar, sendo aceitável socialmente que a mulher ocupasse este espaço, pois o ensino inicial já era vocação da mulher assim como o cuidado.

Em 1930, as mulheres que já eram em profissões como magistério e enfermagem a maioria (ALMEIDA, 1998). Além de, fatores externos a sua imagem nessas profissões ficavam associada a maternidade carregada da moral cristã, vista de forma assexuada e tinham como dever cuidar de valores morais na sociedade “o papel de guardiãs da moral da família e da pátria” (ALMEIDA, 1998, p. 204).

O magistério fica marcado com traços da feminilidade, pela maneira afetuosa e diferente que a mulher desenvolve seu trabalho. Almeida (1998) ressalta que ter afeto não substitui a competência. Porém, desenvolver seu trabalho de forma diferente não justifica que seus direitos devam ser desiguais. É no entendimento de que mesmo tendo características diferentes é preciso igualdade, e nessa busca por igualdade que está pautado os estudos de gêneros.

O magistério foi o ponto de partida, e outros espaços foram conquistados pelo desejo de educar-se e ter uma profissão, na busca por liberdade ultrapassando barreiras. Almeida (1998) destaca:

O magistério era o trabalho intelectual e assalariado sem conotação pejorativa, era o estatuto conferido pelo conhecimento e pelo uso da inteligência. Tinha o poder de conceder uma palavra mais abalizada num meio ignorante. Conferia mobilidade social, mais liberdade pessoal e respeito entre as classes trabalhadoras. Possibilitava bem-estar econômico e pessoal. A partir daí novos caminhos se abriram e as mulheres continuaram ocupando esse espaço profissional até representarem a grande maioria, e isso vem se desenvolvendo de forma progressiva nos últimos tempos (ALMEIDA, 1998, p. 211).

A ocupação de espaços profissionais por mulheres possibilita a mobilização e a conquista de liberdade de outras mulheres, que podem e devem se apoiar na leitura como uma ferramenta emancipadora. No início do século XIX o domínio da leitura e a escrita, pertenceram a uma minoria privilegiada. Em uma sociedade dominadora fundada em base patriarcal tudo que se destina às mulheres deveria ser pensado e controlado até mesmo o domínio das habilidades de ler e escrever.

O domínio dessa ferramenta poderosa, a leitura, proporciona a transformação de visão de mundo por meio de reflexões críticas. Contribui para entender o passado, o contexto presente e ter visões futuras ampliadas que auxiliam nas tomadas de decisões. A leitura é um ato social e possibilita a todos(as) que a ela tiverem acesso torna-se cidadãos(ãs) que almejam uma sociedade mais democrática com mais igualdade entre os gêneros.

O indivíduo envolvido em práticas de leituras se transforma e fica munido de instrumentos para lutar por uma sociedade mais justa e menos desigual, sem preconceitos, discriminação e intolerância, mas com respeito e empatia para com as diversidades. A leitura, então, é vista como uma ferramenta que promove libertação porque é um canal conforme Simoes; Braga (2017, [s/p]) “que dissemina conhecimento sobre o feminismo, fortalece as relações entre mulheres e suas identidades, sensibiliza os jovens meninos e homens para as problemáticas vivenciadas pelas mulheres [...]”.

Assim, um indivíduo que adquire a competência leitora é capaz de intervir na realidade que o cerca e transformá-la. Isso porque o domínio dessa habilidade segundo Zilberman (2009, p. 24). “[...] resultaria em emancipação intelectual do

indivíduo, capaz de formar as próprias opiniões, decidir seu destino e elevar-se espiritualmente”. Nesse mesmo consenso de benefícios proporcionados pela leitura Chartier (2010) afirma que a habilidade de ler e escrever assegura ao indivíduo a possibilidade de escolher seu futuro.

Mas, não são todas as produções editoriais (leituras) que proporcionam perspectivas em direção à autonomia da mulher, bem como, transformação de visões de mundo abertura de possibilidades em relação ao futuro (CHARTIER, 1998). Nem todas tem efeitos positivos, algumas são intencionadas e ditam comportamentos e ideias sobre o papel da mulher direcionando-as aos papéis normativos.

A leitura, o acesso a ela, a liberdade de escolha de um livro, o leque de opções que o acervo digital disponibiliza a dois, três toques na tela estão tão recorrentes em nossos dias que pensamos na leitura com naturalização e não nos atentamos que se trata de um fenômeno, um artefato cultural (GABRIEL, 2016). Observa-se que um simples ato de ler naturalizado atualmente, algo que nos séculos passados foi primeiro negado, reivindicado, conquistado, porém, restrito. Na passagem do século XVIII para o XIX educadores e pensadores apoiavam o ato de “barrar o consumo de obras literárias, especialmente quando o público é formado por mulheres, incapazes, segundo os educadores, de discernir o bom (ou adequado) e o mau (inapropriado) livro” (ZILBERMAN, 2009, p. 25).

As mudanças ocorridas quanto ao acesso e aquisição da habilidade de ler e escrever, ocorrem com a promulgação da Constituição de 1988 que marcam mudanças no cenário educacional. Conforme Seffener:

A constituição de 1988 foi a primeira a estabelecer em nossa história a obrigatoriedade do ensino fundamental, comprometendo-se também com a progressiva universalização do acesso ao ensino médio, afirmada com a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, de implantação progressiva até 2016 (SEFFENER, 2016, p. 13).

A obrigatoriedade de matrícula possibilitou a inclusão de todos e todas à escolarização e segundo o autor Seffener (2016, p. 13) essa inclusão,

[...]ajuda a explicar a diversidade de gênero e sexualidade que hoje habita a escola pública brasileira, ao lado da diversidade de cor da pele, pertencimento religioso, agregado familiar, vinculação partidária, geração, necessidades especiais.

E é para essa mistura de diferentes identidades que a escola deve atingir seu principal objetivo, o desenvolvimento de indivíduos em seus aspectos sociais, culturais e cognitivos. Por muito tempo esse direito social e fundamental, a educação, foi negado devido os padrões impostos pela classe dominante.

Segundo a professora Magda Soares (2005, p. 18) [...] "envolver-se nas práticas sociais de leitura e escrita tem consequências sobre o indivíduo, altera seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguístico e até mesmo econômicos”. Assim, a apropriação de habilidades em leitura está diretamente ligada a responsabilidade que a escola assumiu com a alfabetização como a primeira tarefa.

Em sociedades democráticas o acesso a alfabetização e ao letramento é entendido como um direito fundamental, e políticas públicas de alfabetização são

elaboradas tendo como objetivo erradicar o analfabetismo independentemente de gênero. No Brasil há legislações que garantem o acesso ao livro, à leitura e à biblioteca. A Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) sob a Lei nº 13.696/2018.

O reconhecimento da leitura e o acesso ao livro como direito está também garantido na lei 10.753/2003, dar acesso ao conhecimento é garantir a democracia, uma vida digna e a construção de uma sociedade mais justa. Porém, dar apenas o acesso não é suficiente é preciso uma mediação, um convite à leitura diversificada e a todo conhecimento que um livro traz consigo que ao ser descoberto precisa ser compartilhado e reinterpretado. Assim, “cada leitor para cada uma de suas leituras, em cada circunstância é singular” (CHARTIER, 1998, p. 91). Nesse sentido Yunes (2009, p. 45) afirma que “todo gesto de apropriação de um texto por um leitor carrega para esse texto as próprias marcas do leitor, do seu tempo, da sua sociedade”.

Ao realizar leituras a partir das experiências vivenciadas e fazer relações entre o texto e a sua realidade esse leitor começa a pensar sobre a história que protagoniza e se encoraja a modificá-la, deixando de ser um mero decodificador porque agora ele atribui sentidos ao seu contexto. De acordo com Freire (1988, p. 9) “[...] uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo”. É ler nas linhas e entrelinhas.

Envolver-se com práticas de leituras diversificadas e ler de formas diversas, contribui para a construção de identidades e desconstrução de desigualdades,

Optar por diferentes leituras, observar, escutar, decifrar códigos, problematizar, debater outras alternativas metodológicas, podem contribuir com a desconstrução das desigualdades sociais e culturais, além de contribuir com a história dos sujeitos e dos processos de construção das identidades culturais e sociais destes. (SILVA; GUERRA, 2018, p. 70):

Desconstruir uma sociedade construída na desigualdade é fundamental que todos tenham acesso ao conhecimento, Freire (1988) afirma que precisamos conhecer melhor aquilo que já conhecemos, bem como, conhecer coisas novas. As práticas de leitura propiciam obter conhecimentos dos códigos sociais e culturais que nos cercam por todos os lados. Garantindo assim a cidadania, o acesso pessoal ao emprego, à cultura, à participação cívica, a empatia e o respeito à diversidade.

A segunda tarefa da escola é debater, dialogar e refletir sobre as diversidades de identidades dos sujeitos da comunidade escolar, essas que não são fixas conforme Hall (2006):

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado (HALL, 2006, p. 88).

Dessa forma, o mundo globalizado proporciona a construção de novas identidades frutos das misturas sociais. A elevação cultural, intelectual e espiritual propiciados pelas leituras e as reflexões, nos prepara para o enfrentamento dos desafios que emergem a todo tempo, na sociedade contemporânea. Tornando homens e mulheres capazes de reverter concepções de padrões historicamente

estabelecidos. Para tanto, os ambientes escolares, as faculdades, universidades as bibliotecas públicas devem proporcionar leituras, debates, rodas de conversas que contribuam na ressignificação de identidades. O conhecimento nos fornece subsídios para sermos livres e diferentes, para aprendermos a ter respeito e empatia para com todos os seres humanos, bem como a superação das desigualdades entre os gêneros.

4. Conclusão

A leitura é ferramenta de luta na conquista do igualitarismo social e no combate de desigualdades entre os gêneros, desrespeito, discriminação e intolerância. Fornece a todos(as) condições de acesso e participação na sociedade da informação. Aquele(a) que não lê dificilmente decifrará os códigos sociais que o(a) cercam e não superará a cultura hegemônica. Práticas de leituras possibilita a liberdade das molduras impostas pela sociedade patriarcal que determina os padrões a serem seguidos. Ao ter o domínio da leitura, acesso, incentivo e mediação adquire-se a chave do conhecimento para si, e a liberdade de transitar por todos os saberes.

Em suma, se faz necessário que a educação contribuía com a erradicação das desigualdades entre os gêneros e cumpra com a sua primordial ação, a disseminação da igualdade racial, regional e de gênero (SEFFENER, 2016). O acesso à educação é um direito fundamental e social garantido a todos(as) e deve estar disponível com padrão de qualidade em todas as instituições de ensino, para que todos(as) sejam inseridos(as) e participem da sociedade do conhecimento. Uma boa mediação, um compartilhamento de leitura e uma indicação de um livro provocam reflexões sobre questões ligadas não somente a gênero, mas a raça e classe. O acesso ao conhecimento altera o estado da ingenuidade para a criticidade (FREIRE, 1988).

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BRASIL. Lei n. 13.696, de 12 de julho de 2018. **Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BRASIL. Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Institui a política nacional do livro**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.
- CHARTIER, R.; e CAVALLO, G. (Org.) **História da leitura no mundo ocidental 1**. São Paulo: Ática, 1998. (Coleção Múltiplas Escritas)
- CHARTIER, R. **Escutar os mortos com os olhos**. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 24, n. 69, p. 6-30, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10510>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. São Paulo: Cortez, 1988.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GABRIEL, Rosângela. Como o milagre da leitura é possível? Investigando processos biológicos e culturais da emergência de sentidos durante a leitura. **Linguagem em Discurso – LemD**, Tubarão, SC, v. 16, n. 3, p. 603-616, set./dez. 2016. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/FtySSN5X7cDCZPMtc5vtGcn/?format=pdf&lang=pt> .

Acesso em: 05 abril. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultura na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Louro, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

Louro, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORI, Mary D. (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). História das mulheres no Brasil. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 443- 481.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

SEFFNER, Fernando. **Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação**: tempos difíceis e novas arenas políticas. In: reunião científica regional da ANPED-UFPR, 11, 2016. Anais. Curitiba: ANPED, 2016. p. 1-17.

Severino, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016

SILVA, R. Gomes.; GUERRA, Eurine. **Questões de gênero na educação**: fragmentos de representações docentes. In: FERNANDES. M. Luiza; SANTOS, R. N. Gomes. (Org.) Compartilhando experiências do/no ensino de História: desafios e possibilidades. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p.63-84.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SIMOES, P. P; COSTA, A. S. B. **O feminismo e a leitura como instrumento de empoderamento**: o caso do clube das manas em Tefé. XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Fortaleza, 16 a 20 de outubro de 2017.

SOARES, Magda. **Letramento**: Um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas e escrituras**. In: PRIORI, Mary D. (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). História das mulheres no Brasil. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 401-442.

YUNES, Eliana. **Tecendo um leitor**: uma rede de fios cruzados. Curitiba: Aymará, 2009.

ZILBERMAN, Regina. **A escola e a leitura da literatura**. In: ZILBERMAN, R.; RÖSING, T. (Org.). Escola e leitura: velha crise novas alternativas. São Paulo: Global, 2009. p. 17-39.